

Relatório  
Anual de  
Informações  
2023

# Índice



<b>03</b>	Mensagem da Diretoria
<b>04</b>	Fatos Relevantes em 2023
<b>06</b>	Demonstrações Contábeis
	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
<b>12</b>	Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e de 20202
	Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento
<b>36</b>	do Exercício de 31/12/2023
	Relatório dos Auditores Independentes
<b>43</b>	sobre as Demonstrações Contábeis
<b>46</b>	Parecer do Conselho Fiscal
<b>47</b>	Resolução do Conselho Deliberativo

# Mensagem da Diretoria Executiva



Prezado(a) leitor(a),

No ano de 2023, continuamos enfrentando as consequências da crise do setor imobiliário especialmente quanto aos imóveis corporativos. Tal situação, que já perdura por cerca de 8 anos, foi corroendo o superávit que mantivemos por mais de 20 anos.

As reservas matemáticas do Plenus são atualizadas todo mês pela variação do INPC e pelos juros atuariais. O patrimônio do plano deve render o necessário para que seja mantido o equilíbrio. Como os imóveis não estão produzindo qualquer rendimento, aqueles produzidos pelos demais investimentos, por melhor que sejam, não são suficientes para manter o equilíbrio.

Apesar dessa dificuldade, conseguimos superávits nos balancetes do Plano de três meses que, contudo, não foram suficientes para reversão

do déficit acumulado.

Essa é uma situação conjuntural, uma vez que os dois imóveis do Plano Plenus – Edifício Stela Angelorum e o Edifício Novo Mundo – estão em excelentes condições e vêm atraindo a atenção de interessados.

No final do exercício, surgiu a perspectiva de pagamento do precatório da OFND, que monta cerca de 137 milhões. Esse pagamento não representa um acréscimo do patrimônio, uma vez que já havia sido contabilizado. No entanto, o seu pagamento aumenta substancialmente a liquidez do plano e permite à Gerência de Investimentos maior mobilidade na administração dos recursos do Plano.

Boa leitura.

Mario Santiago  
Diretor-Presidente

# Fatos Relevantes em 2023



## 01 JANEIRO



- Após fechamento de 2022, PREVHAB é destaque em performance com o Plano Plenus, que bate a meta mesmo diante da crise econômica global

## 02 FEVEREIRO



- Políticas de Investimento dos Planos Plenus e PGA são atualizadas para o exercício de 2023
- PREVHAB disponibiliza Informes de Rendimentos aos seus assistidos, para fins de declaração de Imposto de Renda

## 03 MARÇO



- PREVHAB despede-se de Vitório Paulo da Silva, Conselheiro que teve participação enfática em todas as lutas travadas em prol da preservação da entidade

## 04 ABRIL



- Publicação do Relatório Anual de Informações de 2022
- Resultados do Plano Plenus em abril são positivos, porém ficam abaixo das metas atuariais

## 06 JUNHO



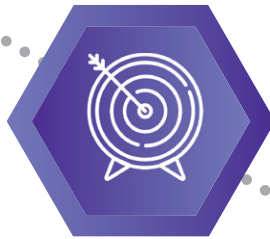
- PREVHAB veicula análise sobre os reajustes dos proventos do Plano Plenus
  - Educação Previdenciária: PREVHAB reforça as providências que os beneficiários devem tomar junto à entidade no caso do falecimento do participante
  - Plano Plenus tem resultado positivo, mas ainda inferior à meta atuarial acumulada no ano

## 07 JULHO



- Subcomissão começa a discutir suspensão temporária das contribuições extraordinárias nos fundos de pensão
- Segmento Imobiliário afeta resultados dos investimentos no fim do primeiro semestre

## 08 AGOSTO



- Volatilidade influencia investimentos, mas resultado dos investimentos do Plano Plenus é positivo e supera a meta atuarial

## 10 OUTUBRO

- Outubro Rosa: PREVHAB alerta para a prevenção ao câncer de mama
- PREVHAB despede-se de Georgette Muniz de Carvalho, ex-Conselheira da entidade e que prestou relevantes serviços na área social tanto no BNH quanto na Caixa
  - Volatilidade ainda influencia investimentos, mas resultado é positivo



## 09 SETEMBRO

- Ainda sob forte volatilidade, investimentos do Plano Plenus têm retorno positivo, mas abaixo da meta atuarial



## 11 NOVEMBRO

- Novembro Azul: PREVHAB alerta para a prevenção ao câncer de próstata
- Resultado em novembro é positivo, mas não suficiente para investimentos do Plano Plenus atingirem a meta atuarial

## 12 DEZEMBRO



- Segmento Imobiliário afeta rentabilidade dos investimentos do Plano Plenus em 2023



## Balanço Patrimonial Consolidado

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022


R\$ mil

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>4</b>	<b>318</b>	<b>228</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		<b>7.976</b>	<b>7.564</b>
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>605.238</b>	<b>643.592</b>	Gestão Previdencial	9	7.405	7.036
Gestão Previdencial	5	1.589	1.513	Gestão Administrativa	10	542	426
Gestão Administrativa	6	1.083	838	Investimentos	11	29	102
Investimentos	7	602.566	641.241	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>		<b>5.793</b>	<b>6.086</b>
Títulos Públicos		20.736	19.863	Gestão Previdencial	12	5.627	5.988
Ativo Financeiro de Crédito Privado		27.052	30.720	Gestão Administrativa	13	166	98
Fundos de Investimentos		271.632	316.621	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>14</b>	<b>592.458</b>	<b>630.767</b>
Investimentos em Imóveis		128.901	141.304	Patrimônio de Cobertura do Plano		572.972	612.775
Operações com Participantes		10.959	11.416	Provisões Matemáticas		633.490	636.971
Recursos a Receber - Precatórios		143.286	121.317	Benefícios Concedidos		626.236	629.458
				Benefícios a Conceder		7.254	7.513
<b>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</b>	<b>8</b>	<b>671</b>	<b>597</b>	Equilíbrio Técnico		-60.518	-24.196
Imobilizado		445	430	Resultados Realizados		-60.518	-24.196
Intangível		226	167	( - ) Déficit Técnico Acumulado		-60.518	-24.196
				Fundos		19.486	17.992
				Fundos Administrativos		19.486	17.992
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>606.227</b>	<b>644.417</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>606.227</b>	<b>644.417</b>

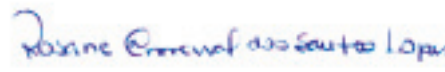
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023

  
MARIO CARDOSO SANTIAGO  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
MARCIO MILLER SANTOS  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68

  
ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4  
CPF 702.229.677-49

# Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ n  42.174.631/0001-77


Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIA�O %
			R\$ mil
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>630.767</b>	<b>554.052</b>	<b>13,85</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>40.721</b>	<b>149.897</b>	<b>-72,83</b>
Contribui�es Previdenciais	132	144	-8,33
Outras Adi�es Previdenciais	10	1.074	-99,07
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.234	132.594	-78,71
Receitas Administrativas	10.183	14.463	-29,59
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.162	1.622	33,29
<b>2. Destina�es</b>	<b>-79.030</b>	<b>-73.182</b>	<b>7,99</b>
Benefícios	-61.103	-58.538	4,38
Resgates	-463	-686	-32,51
Outras Destina�es	-16	-32	-50,00
Constitui�o L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-6.597	-3.523	87,26
Despesas Administrativas	-10.783	-10.355	4,13
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-68	-48	41,67
<b>3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)</b>	<b>-38.309</b>	<b>76.715</b>	<b>-149,94</b>
Provisões Matemáticas	-3.481	13.445	-125,89
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-36.322	57.589	-163,07
Fundos Administrativos	1.494	5.681	-73,70
<b>B) Patrimônio Social no final do exercício (A + 3 )</b>	<b>592.458</b>	<b>630.767</b>	<b>-6,07</b>

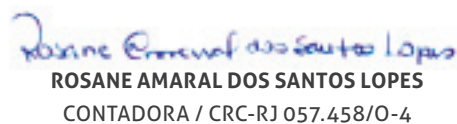
As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023

  
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4  
CPF 702.229.677-49

# Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ nº 42.174.631/0001-77


Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022


R\$ mil


DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIÇÃO %
<b>1 - ATIVOS</b>	<b>605.519</b>	<b>643.893</b>	<b>-5,96</b>
DISPONÍVEL	276	217	27,19
RECEBÍVEIS PREVIDENCIAL	21.075	19.505	8,05
INVESTIMENTO	584.168	624.171	-6,41
TÍTULOS PÚBLICOS	20.470	19.529	4,82
ATIVO FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADOS	27.052	30.720	-11,94
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	253.500	299.885	-15,47
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	128.901	141.304	-8,78
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	10.959	11.416	-4,00
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	143.286	121.317	18,11
<b>2 - OBRIGAÇÕES</b>	<b>13.061</b>	<b>13.126</b>	<b>-0,50</b>
OPERACIONAL	7.434	7.138	4,15
CONTINGENCIAL	5.627	5.988	-6,03
<b>3 - FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>19.486</b>	<b>17.992</b>	<b>8,30</b>
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	19.486	17.992	8,30
<b>4 - ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)</b>	<b>572.972</b>	<b>612.775</b>	<b>-6,50</b>
PROVISÕES MATEMÁTICAS	633.490	636.971	-0,55
DÉFICIT TÉCNICO	-60.518	-24.196	150,12
<b>5 - APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>			
a) Equilíbrio Técnico	-60.518	-24.196	150,12
b) (+/-) Ajuste de Precificação	0	16.485	-100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-60.518	-7.711	684,83

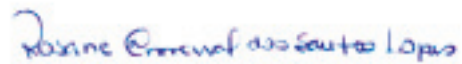
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023

  
**MÁRIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49



# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ n  42.174.631/0001-77

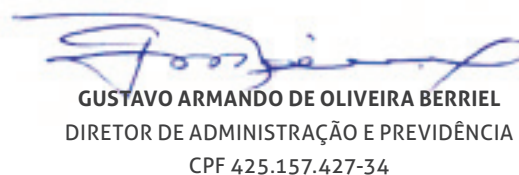
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

DESCRI�O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ mil
			VARIA�O %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>612.775</b>	<b>541.741</b>	<b>13,11</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>30.564</b>	<b>135.937</b>	<b>-77,52</b>
Contribui�es	2.320	2.269	2,25
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.234	132.594	-78,71
Outras Adi�es Previdenciais	10	1.074	-99,07
<b>2. Destina�es</b>	<b>-70.367</b>	<b>-64.903</b>	<b>8,42</b>
Benefícios	-61.103	-58.538	4,38
Resgates	-463	-686	-32,51
Constitui�o L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-6.597	-3.523	87,26
Custeio Administrativo	-2.188	-2.124	3,01
Outras Destina�es	-16	-32	-50,00
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>-39.803</b>	<b>71.034</b>	<b>-156,03</b>
Provis�es Matemáticas	-3.481	13.445	-125,89
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-36.322	57.589	-163,07
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>572.972</b>	<b>612.775</b>	<b>-6,50</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.494</b>	<b>5.681</b>	<b>-73,70</b>
Fundos Administrativos	1.494	5.681	-73,70

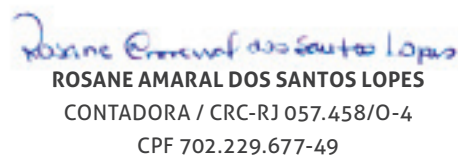
As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023

  
**MÁRIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4  
CPF 702.229.677-49

# Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

R\$ mil


DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 )</b>	<b>586.033</b>	<b>625.901</b>	<b>-6,37</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>633.490</b>	<b>636.971</b>	<b>-0,55</b>
1.1. Benefícios Concedidos	626.236	629.458	-0,51
Benefício Definido	626.236	629.458	-0,51
1.2. Benefícios a Conceder	7.254	7.513	-3,45
Benefício Definido	7.254	7.513	-3,45
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-60.518</b>	<b>-24.196</b>	<b>150,12</b>
2.1. Resultados Realizados	-60.518	-24.196	150,12
(-) Déficit Técnico Acumulado	-60.518	-24.196	150,12
<b>3. Exigível Operacional</b>	<b>7.434</b>	<b>7.138</b>	<b>4,15</b>
3.1. Gestão Previdencial	7.405	7.036	5,24
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	29	102	-71,57
<b>4. Exigível Contingencial</b>	<b>5.627</b>	<b>5.988</b>	<b>-6,03</b>
4.1. Gestão Previdencial	5.627	5.988	-6,03

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023




**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78



**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34



**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68



**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

# Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022


R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>17.992</b>	<b>12.311</b>	<b>46,15</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>12.345</b>	<b>16.084</b>	<b>-23,25</b>
1.1. Receitas	12.345	16.084	-23,25
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.188	2.124	3,01
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.979	7.797	2,33
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	15	8	87,50
Receitas Diretas	0	10	-100,00
Outras Receitas	1	4.523	-99,98
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.162	1.622	33,29
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>10.783</b>	<b>10.355</b>	<b>4,13</b>
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	10.649	10.195	4,45
Pessoal e Encargos	7.538	7.024	7,32
Treinamentos/Congressos e Seminários	27	30	-10,00
Serviços de Terceiros	1.681	1.566	7,34
Despesas Gerais	734	727	0,96
Depreciações e Amortizações	35	40	-12,50
Tributos	634	808	-21,53
2.2. Outras Despesas	134	160	-16,25
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>68</b>	<b>48</b>	<b>41,67</b>
<b>4. Sobre / Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)</b>	<b>1.494</b>	<b>5.681</b>	<b>-73,70</b>
<b>5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>1.494</b>	<b>5.681</b>	<b>-73,70</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)</b>	<b>19.486</b>	<b>17.992</b>	<b>8,30</b>

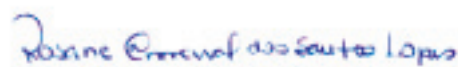
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023

  
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4  
CPF 702.229.677-49

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022



## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Prevhav Previdência Complementar é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdencial, de acordo com o estabelecido nos respectivos Regulamentos e Convênios de Adesão, e está autorizada a atuar como entidade multipatrocinada.

1.2. O Estatuto da PREVHAB está enquadrado nas disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em 14 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 295, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005.

1.3. A PREVHAB administra os seguintes Planos:

1.3.1. Plano de Benefícios Plenus registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1971.0002-56 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 48.306.543/0001-68, estruturado na modalidade de benefício definido; e

1.3.2. Plano de Gestão Administrativa – PGA que contém as normas que regem a gestão administrativa dos planos de benefícios.

## 2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. A PREVHAB apresenta as Demonstrações Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Conta-

bilidade, em conformidade, com as regras, critérios e procedimentos contábeis adotados para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) instituídos pela ITG – Interpretação Técnica Geral 2001, aprovada pela Resolução nº 1.272 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 22/01/2010, e em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pelas Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nºs. 43 e 48, de 06/08/2021 e de 08/12/2021, Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, e alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.185, de 28/08/2009.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e os Fluxos dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial

e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- ➔ Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- ➔ Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- ➔ Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- ➔ Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- ➔ Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- ➔ Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior.

2.2. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:

- a) A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdencial e o plano de gestão administrativa.
- b) Na apurac o do resultado as Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas dos Fluxos de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

c) As contribuições para a Gestão Previdencial do Plano de Benefícios na modalidade Benefício Definido são registradas pelo regime de competência.

d) Os títulos públicos, créditos privados e depósitos, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação: aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

e) Os Fundos de Investimento são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

f) Os Investimentos em Imóveis estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. Os imóveis são reavaliados, no mínimo, anualmente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

g) Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos

e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos.

h) A entidade constituiu provisão para perdas sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, determinada em função do tempo de atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos, conforme os seguintes parâmetros: I - provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias; II - provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias; III - provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias; IV - provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias; V - provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias; VI - provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e VII - provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

i) No imobilizado e intangível os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

j) No Exigível Operacional o registro das obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.

k) As férias, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, segundo o regime de competência.

l) Nos Ativos e Passivos Contingentes registram o montante das provisões decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a PREVHAB. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de

2009, conforme descrito a seguir:

➔ Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

➔ Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por consultores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisões e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

m) As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais, realizados por consultoria atuarial responsável pelo plano, mediante elaboração de parecer atuarial. Essas Provisões representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, ajustados a valor presente, em conformidade com a Resolução Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 30, de 10/10/2018.

n) Nas estimativas atuariais e contábeis a elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração utilize-se de julgamento na determina-

ção e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas incluem: as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelo plano; as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações; o valor justo de determinados instrumentos financeiros e do ativo imobiliário obtido por meio de reavaliação e definição da vida útil.

o) Nas operações administrativas o Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio independente do Plano de Benefícios Previdencial. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e deduzidos das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo (PGA) foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefícios.

p) Os ajustes e eliminações ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdencial no Fundo Administrativo registrado no PGA.

q) As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

r) Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

### 3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à despesa da Entidade com a administração do plano de benefícios.

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios e do PGA.

### 4. ATIVO DISPONÍVEL

A posição consolidada do Ativo Disponível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, referente aos saldos das contas correntes é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>	<b>276</b>	<b>216</b>
a) CEF nº 790.391-0	30	49
b) BRADESCO S/A nº 2.862-2	21	25
c) BRADESCO S/A nº 37.979-4	79	114
d) BANCO ITAÚ S/A nº 20.371-6	16	23
e) BANCO ITAÚ S/A nº 64.033-3	7	
f) BANCO ITAÚ S/A nº 52.710-0	123	5
<b>. Plano PGA:</b>	<b>42</b>	<b>12</b>
a) BRADESCO S/A nº 2.862-2	38	11
b) BRADESCO S/A nº 37.979-4	1	-
c) CEF nº 563-0	1	1
d) CEF nº 790.310-0	1	-
e) BANCO ITAÚ S/A nº 65.316-1	1	-
<b>Total do Ativo Disponível</b>	<b>318</b>	<b>228</b>

## 5. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Ativo Realizável – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>		
a) Recursos a Receber:	404	369
Contribuições em Atraso de Participantes:	260	255
Ativos	935	850
(-) Provisão para Perdas	(675)	(595)
Outros Recursos a Receber	144	114
b) Adiantamentos de Créditos a Assistidos	35	25
c) Depósitos Judiciais/Recursais	1.032	1.047
d) Outros Realizáveis:	118	72
Contribuições Pretéritas	15	15
(-) Provisão para Perdas	(15)	(15)
Pecúlio Especial	117	71
Reembolsos da Folha de Assistidos do INSS	1	1
Ações Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	5.647	5.310
Ações a serem Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	2.984	2.984
(-) Provisão para Perdas	(8.631)	(8.294)
Ação contra a CEF	100	100
(-) Provisão para Perdas	(100)	(100)
<b>Total do Ativo Realizável – Gestão Previdencial</b>	<b>1.589</b>	<b>1.513</b>

### 5.1. Plano Plenus

a) Os “Recursos a Receber” de R\$ 404 mil apresentam a seguinte composição:

- ➔ R\$ 260 mil de “Contribuições em Atraso de participantes Ativos” deduzidas das provisões para perdas.
- ➔ R\$ 144 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se à regularização de saldos bancários (R\$ 136 mil)

e valor a receber do PGA (R\$ 8 mil).

b) Os “Adiantamentos de Créditos a Assistidos” de R\$ 35 mil referem-se a benefícios (R\$ 4 mil) e 13º salário (R\$ 31 mil).

c) Os “Depósitos Judiciais/Recursais” de R\$ 1.032 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Previdencial.



d) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber de R\$ 118 mil apresentam a seguinte composição:

➔ R\$ 15 mil de “Contribuições Pretéritas” a receber de participantes, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas;

➔ R\$ 117 mil de “Pecúlio Especial” a receber dos participantes;

➔ R\$ 1 mil de adiantamentos efetuados pela PREVHAB por conta dos proventos dos assistidos pendentes de reembolsos junto ao INSS;

➔ R\$ 5.647 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de janeiro de 1999, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas, estão sendo cobrados à Caixa Econômica Federal e a FUNCEF através das Ações Ordinárias nº 2006.34.00.000384-1, em curso na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, cuja apelação interposta pela PREVHAB permanece aguardando julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região; e nº 2009.34.00.026743-9, em curso na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, continua aguardando julgamento da apelação interposta pela PREVHAB;

➔ R\$ 2.984 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de fevereiro de 2006, assim como de outros valores de responsabilidade da Caixa Econômica Federal e FUNCEF, para as quais a PREVHAB não tenha ainda movido ação de ressarcimento, cujo valor

encontra-se totalmente provisionado como possível perda;

➔ R\$ 100 mil do valor da ação judicial de cobrança contra a Caixa Econômica Federal (processo nº 2007.51.01.002154-5 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), referente ao reembolso dos valores de responsabilidade do INSS pagos pela PREVHAB no período de março de 1987 a fevereiro de 1988 aos seus associados. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda. Em 07/12/2022, deu-se provimento ao recurso de apelação interposto pela PREVHAB, reformando a sentença de improcedência, para condenar a CEF ao reembolso dos valores pagos pela PREVHAB aos seus associados, no período compreendido entre março de 1987 e fevereiro de 1988, a título de benefício previdenciário pelo RGPS, na forma do acordo firmado entre as partes, corrigidos e acrescidos dos juros legais, nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal, cujo montante deverá ser apurado em sede de procedimento de liquidação. O processo permanece aguardando decisão sobre a admissibilidade ou não do Recurso Especial interposto pela Caixa Econômica Federal em face do acórdão que julgou procedente o pedido da PREVHAB em 2ª instância.

## 6. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>		
a) Contas a Receber:	903	692
Responsabilidade de Empregados	5	-
Responsabilidade de Terceiros	3	4
Outros Recursos a Receber	895	688
b) Despesas Antecipadas:	136	108
Férias	49	26
Despesas Miúdas	1	4
Empréstimos de Férias	86	78
c) Depósitos Judiciais/Recurrais	41	35
d) Outros Realizáveis/ IRRF a Recuperar	3	3
<b>Total do Ativo Realizável - Gestão Administrativa</b>	<b>1.083</b>	<b>838</b>

### 6.1. Plano PGA

a) As “Contas a Receber” de R\$ 903 mil apresentam a seguinte composição:

➔ R\$ 5 mil de “Responsabilidade de Empregados” referem-se a empréstimos emergenciais.

➔ R\$ 3 mil de “Responsabilidade de Terceiros” referem-se a adiantamentos a advogados.

➔ R\$ 895 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se a valor a ser repassado pelo Plano de Benefícios Plenus.

b) As “Despesas Antecipadas” de R\$ 136 mil referem-se a adiantamentos a empregados a receber, sendo R\$ 49 mil de férias, R\$ 1 mil de despesas miúdas e R\$ 86 mil de empréstimos de férias.

c) Os “Depósitos Judiciais/Recurrais” de R\$ 41 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Administrativa.

d) Os “Outros Realizáveis” de R\$ 3 mil referem-se a IRRF a recuperar.

### 7. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, e ao estabelecido na Política de Investimento, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

#### a) Política de Investimento

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa - PGA no ano de 2023 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 241ª Reunião Ordinária, realizada em 15/12/2022, para o período de 01/01/2023 a 31/12/2027.

#### b) Agente Custodiante e de Controladoria

Em 09 de outubro de 2001, para execução dos serviços de Agente Custodiante e de Controladoria, foram firmados com o Banco Itaú S.A. o Contrato de Centralização de Dados, o Contrato de Custódia para Carteira com Precificação e os Contratos de Custódia e

Controladoria para os Fundos Exclusivos.

Através da custódia e controladoria, o Banco garante a fidelidade do patrimônio lançado no balanço, apura a rentabilidade dos segmentos de renda fixa e renda variável e não liquida operações, da carteira própria, que estejam em desacordo com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes e com a Política de Investimento fixada pela administração da PREVHAB.

## c) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações dos preços dos ativos em que são investidos os recursos garantidores dos Planos administrados pela PREVHAB. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

A PREVHAB monitora o risco de crédito por meio de relatório específico com todos ativos e seus respectivos emissores e ratings, atribuídos por agência(s) classificadora(s) de risco, observados os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/2022, enquanto o risco de mercado é acompanhado diariamente através de modelo próprio e adicionalmente por relatórios mensais de mensuração de riscos elaborados pela firma de consultoria financeira Aditus.

## d) Gestão de Investimentos

d.1) O Plano de Benefícios Plenus, em 31/12/2023, dispunha de 6 (seis) Fundos de Investimento, sendo 5 (cinco) no segmento de Renda Fixa e 1 (um) no segmento Imobiliário, a seguir discriminados:

### Segmento de Renda Fixa:

➔ Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhab

Multimercado (Gestor: Caixa Econômica Federal);

➔ Prevhab Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa (Gestor: Sul América Investimentos DTVM);

➔ HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Performance Institucional (Gestor: HSBC Gestão de Recursos Ltda.);

➔ BNP Paribas Match DI FI Referenciado (Gestor: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.);

➔ Itaú Institucional Referenciado DI FI (Gestor: Itaú Asset Management Ltda.).

### Segmento Imobiliário:

➔ Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (Gestor: Rio Bravo Investimentos Ltda.).

No ano de 2023 a rentabilidade líquida dos investimentos do Plano de Benefícios Plenus foi de 4,70%, inferior 3,93 pontos percentuais à meta atuarial de 8,63% (INPC+4,60% aa.), decorrente dos resultados dos investimentos do segmento Renda Fixa de 10,77%, Operações com Participantes de 8,45% e Investimentos em Imóveis de -9,07%.

d.2) Os recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA estão aplicados no Fundo Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (Gestor Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.), HSBC Referenciado DI Longo Prazo (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.) e nos Certificados Variação Salarial - CVS do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS. A rentabilidade dos investimentos do Plano no ano de 2023 foi de 13,33% superior 0,29 ponto percentual ao CDI de 13,04%.

A posição consolidada do Ativo Realizável - Investimentos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>	<b>584.168</b>	<b>624.172</b>
Títulos Públicos	20.470	19.529
Ativos Financeiros de Créditos Privados	27.052	30.720
Fundos de Investimento	253.500	299.885
Investimentos em Imóveis	128.901	141.304
Operações com Participantes	10.959	11.416
Recursos a Receber - Precatórios	143.286	121.318
<b>. Plano PGA:</b>	<b>18.398</b>	<b>17.069</b>
Títulos Públicos	266	334
Fundos de Investimento	18.132	16.735
<b>Total do Ativo Realizável - Investimentos</b>	<b>602.566</b>	<b>641.241</b>

## 7.1. Plano Plenus

7.1.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 20.470 mil, estão aplicados em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) lastreadas em IPCA. O referido ativo é marcado pela curva e levado até o vencimento, não sofrendo oscilações geradas pela volatilidade do mercado.

7.1.2. Os “Ativos Financeiros de Créditos Privados”, no total de R\$ 27.052 mil, estão aplicados em Debêntures não Conversíveis do Hopi Hari S.A. (R\$ 25.116 mil, valor líquido das provisões para perdas estimadas) e da Cia. Vale do Rio Doce (R\$ 1.936 mil);

7.1.2.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, realizada no dia 20/12/2010, que representa 100% das debêntures em circulação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, ficou deliberado alterar as cláusulas e condições da Escritura da 1ª Emissão, as quais foram consolidadas em Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, firmado entre a PREVHAB, Hopi Hari e Oliveira Trust (Agente Fiduciário), com o compromisso da Emissora efetuar mensalmente os pagamentos programa-

dos à PREVHAB, iniciados a partir de 18/12/2010 até 18/06/2039, cujos valores serão acrescidos de atualização monetária anual (INPC) em cada série, acrescidos de juros remuneratórios mensais de 4% ao ano que serão calculados antes de abatida a respectiva parcela de pagamento programado;

7.1.2.2. Na Assembleia Geral Extraordinária da Hopi Hari S.A., realizada no dia 20/12/2010, foi aprovada pela totalidade dos acionistas do capital social da Hopi Hari S.A. as novas condições de renegociação, pela Diretoria da Companhia, das condições e características das Debêntures de 1ª Emissão, com ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria para tal fim, e delegação, ainda, de poderes para tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários e convenientes para implementar a renegociação das Debêntures de 1ª Emissão;

7.1.2.3. Em 20/12/2010, foi assinada a Consolidação da Escritura de Primeira Emissão de Debêntures do Hopi Hari, mediante a qual foi estabelecido o pagamento do crédito da PREVHAB, em prestações mensais, com vencimentos de 18/12/2010 a 18/06/2039, com correção pelo INPC e juros de 4% ao ano.

7.1.2.4. O Conselho Deliberativo em sua 166ª Reunião Ordinária, realizada em 22/09/2016, considerando o pedido de recuperação judicial feito pelo Hopi Hari e, ainda, o fato de no dia 18/08/2016 ter-se completado o 3º mês de inadimplência do pagamento das parcelas do Aditivo firmado em 27/01/2016, aprovou que seja considerado e caracterizado o disposto no item 19.2 Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures, de modo a que toda dívida seja considerada como vencida e a taxa de juros seja elevada para 12% desde 2009, o que significa o crescimento da dívida em R\$ 28.292.163,68, passando o seu valor de R\$ 44.812.908,04 para R\$ 73.105.071,72, cuja diferença deverá ser provisionada em setembro/2016.

7.1.2.5. No dia 26/10/2016, o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio do processo digital nº 1002265-62.2016.8.26.0659 deferiu o processamento da recuperação judicial de HH Participações S.A., HH Parques Temáticos S.A. e Hopi Hari S.A..

7.1.2.6. A Diretoria-Executiva da PREVHAB em sua 339ª Reunião Ordinária, realizada em 16/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou à Diretoria a planilha atualizada da dívida do Hopi Hari no período de 18/06/2009 a 18/12/2016, a juros de 12%, de conformidade com o item 19.2, Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, no total de R\$ 92.446.405,48, esclarecendo que o valor de R\$ 73.105.071,72 consignado na Ata de 331ª da Reunião Ordinária da Diretoria-Executiva, datada de 16/09/2016, corresponde ao valor da dívida atualizada a juros de 12%, a partir de 18/11/2010, em desacordo, portanto, com o disposto no item 19.2 da Consolidação daquela Escritura. A Diretoria, após debater a matéria, determinou que: 1) seja feito no balancete de dezembro/2016 o registro contábil da diferença de R\$ 16.639.111,40 entre a dívida de R\$ 92.446.405,48 e o saldo contábil de novembro/2016 de R\$ 75.807.294,08; 2) seja registrada, ainda no balancete de dezembro/2016, a diferença de R\$ 16.639.111,40, no saldo da conta de Provisão para Devedores Duvidosos; 3) seja dado conhecimento ao Conselho Deli-

berativo da nova situação. Na 170ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 26/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou ao Colegiado a planilha demonstrativa dos valores atualizados relativos à dívida do Hopi Hari.

7.1.2.7. A Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 400ª Reunião Ordinária, realizada em 13/08/2019, o Diretor-Presidente informou à Diretoria que a Diretoria do Hopi Hari não apresentou, até o momento, o novo Plano de Recuperação Judicial, nem tampouco haver o Juiz do processo marcado nova Assembleia Geral dos Credores. A Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 118ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/08/2021, aprovou a proposta do 3º termo aditivo do Plano de Recuperação Judicial do Hopi Hari que será apresentado na próxima Assembleia Geral dos Credores a ser realizada no dia 31/08/2021.

7.1.2.8. Na 231ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da PREVHAB, realizada em 17/02/2022, o Diretor de Administração e Previdência apresentou ao Colegiado o 5º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial do Hopi Hari homologado pelo Juiz da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo em decisão proferida em 09 de fevereiro de 2022, publicada em 14 de fevereiro de 2022.

7.1.2.9. Em 12/12/2023, o Hopi Hari pagou a PREVHAB a 10ª parcela de R\$ 274.070,69 e em 26/12/2023 o saldo residual de R\$ 2.181,12, das 192 parcelas previstas no item 7.4.1.2 do 5º Aditivo do Plano de Recuperação Judicial. As parcelas pagas de março/2023 a dezembro/2023 totalizaram R\$ 3.263.179,00.

7.1.3. Em atendimento ao artigo 30 da Resolução CNPC nº 43/2021, os demonstrativos a seguir, referentes aos exercícios de 2023 e 2022, apresentam os títulos classificados por categorias: "Títulos para Negociação", avaliados pelo valor de mercado, e os "Títulos Mantidos até o Vencimento", avaliados pelo custo amortizado, por rata dia até o vencimento, alocado na Carteira Própria e em Fundos de Investimentos Exclusivos do Plano de Benefícios Plenus.

Demonstrativo Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados

Posição em 29.12.2023

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>						
NTN	81.008	-	-	139.685	220.693	220.693
LFT	-	1.718	-	-	1.718	1.718
LTN	-	10.231	-	-	10.231	10.231
Moeda de Privatização	-	266	-	-	266	266
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>81.008</b>	<b>12.215</b>	<b>-</b>	<b>139.685</b>	<b>232.908</b>	<b>232.908</b>
<b>2. Títulos Privados - Valor de Mercado</b>						
Debêntures	-	-	-	283.975	283.975	283.975
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>283.975</b>	<b>283.975</b>	<b>283.975</b>
<b>Total - Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>81.008</b>	<b>12.215</b>	<b>-</b>	<b>423.660</b>	<b>516.883</b>	<b>516.883</b>

Posição em 31.12.2022

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>						
NTN	-	77.164	-	150.101	227.265	227.265
LFT	2.523	10.524	-	-	13.047	13.047
Moeda de Privatização	-	334	-	-	334	334
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>2.523</b>	<b>88.022</b>	<b>-</b>	<b>150.101</b>	<b>240.646</b>	<b>240.646</b>
<b>2. Títulos Privados - Valor de Mercado</b>						
Debêntures	-	-	-	246.824	246.824	246.824
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>246.824</b>	<b>246.824</b>	<b>246.824</b>
<b>Total - Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>2.523</b>	<b>88.022</b>	<b>-</b>	<b>396.925</b>	<b>487.470</b>	<b>487.470</b>

## Demonstrativo dos Títulos para Negociação

Posição em 29.12.2023

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>						
NTN	81.008	-	-	16.095	97.103	97.103
LFT	-	1.718	-	-	1.718	1.718
LTN	-	10.231	-	-	10.231	10.231
Moeda de Privatização	-	266	-	-	266	266
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>81.008</b>	<b>12.215</b>	<b>-</b>	<b>16.095</b>	<b>109.318</b>	<b>109.318</b>
<b>2. Títulos Privados - Valor de Mercado</b>						
Debêntures	-	-	-	283.975	283.975	283.975
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>283.975</b>	<b>283.975</b>	<b>283.975</b>
<b>Total - Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>81.008</b>	<b>12.215</b>	<b>-</b>	<b>300.070</b>	<b>393.293</b>	<b>393.293</b>

Posição em 31.12.2022

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>						
LFT	11.532	1.515	-	-	13.047	13.047
Moeda de Privatização	-	334	-	-	334	334
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>11.532</b>	<b>1.849</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.381</b>	<b>13.381</b>
<b>2. Títulos Privados - Valor de Mercado</b>						
Debêntures	-	-	-	246.824	246.824	246.824
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>246.824</b>	<b>246.824</b>	<b>246.824</b>
<b>Total - Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>11.532</b>	<b>1.849</b>	<b>-</b>	<b>246.824</b>	<b>260.205</b>	<b>260.205</b>

### Demonstrativo dos Títulos Mantidos até o Vencimento

Posição em 29.12.2023

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>						
NTN	-	-	-	123.590	123.590	123.590
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123.590</b>	<b>123.590</b>	<b>123.590</b>

Posição em 31.12.2022

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>						
NTN	-	77.164	-	150.101	227.265	227.265
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>77.164</b>	<b>-</b>	<b>150.101</b>	<b>227.265</b>	<b>227.265</b>

7.1.3.1. Reclassificação de Títulos Públicos de “Mantidos até o Vencimento” para “Negociação”: em função da revisão da capacidade financeira do Plano Plenus, elaborado pela Gerência de Investimentos da PREVHAB, em honrar os compromissos do passivo do referido Plano, o Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 25ª Reunião Extraordinária, de 09/10/2023, aprovou

a proposta da Diretoria Executiva da PREVHAB, conforme legislação em vigor, para a reclassificação de títulos públicos, em 23/10/2023, do Fundo Exclusivo PREVHAB PLENUS FI RF, com a finalidade principal de reduzir o risco de liquidez do Plano Plenus, conforme demonstrado a seguir:

Ativo	Emissor	Quantidade	Data de Aquisição	Data de Vencimento	Valor antes da Remarcação	Valor após Remarcação	Resultado
NTN-B	Tesouro Nacional	5.000	16/04/2007	15/08/2024	20.891.370,63	20.881.528,27	(9.842)
NTN-B	Tesouro Nacional	10.000	07/08/2007	15/08/2024	41.844.547,61	41.763.056,54	(81.491)
NTN-B	Tesouro Nacional	4.024	18/05/2015	15/08/2024	16.902.195,16	16.805.453,95	(96.741)
NTN-B	Tesouro Nacional	6.617	18/05/2015	15/08/2035	28.602.795,97	28.449.344,98	(153.451)
NTN-B	Tesouro Nacional	1.166	18/05/2015	15/08/2050	5.049.869,70	4.888.114,40	(161.755)
<b>Total</b>		<b>26.807</b>			<b>113.290.779,07</b>	<b>112.787.498,14</b>	<b>(503.281)</b>



7.1.3.2. Em 01/11/2023, foram alienados os seguintes títulos públicos federais do Fundo Exclusivo PREVHAB PLENUS FI RF:

Data da Negociação	Data de Vencimento	Quantidade	Valor da Negociação	Efeito no Resultado
01/11/2023	15/05/2035	3.000	12.988.224	(16.792)
01/11/2023	15/08/2050	1.166	4.926.290	(9.795)
		<b>4.166</b>	<b>17.914.514</b>	<b>(26.587)</b>

7.1.4. Os “Fundos de Investimento”, no total de R\$ 253.500 mil, estão aplicados nos seguintes segmentos:

➔ R\$ 220.929 mil no segmento de Renda Fixa, sendo R\$ 9.787 mil no Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhab Multimercado; R\$ 202.271 mil no Prevhab Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa; R\$ 7.374 mil no BNP Paribas Match DI FI Referenciado; R\$ 1.497 mil no Itaú Institucional Referenciado DI FI.

➔ R\$ 32.571 mil no segmento Imobiliário, no Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping.

7.1.5. Os “Investimentos em Imóveis” são demonstra-

dos ao custo de aquisição ou reavaliação, no mínimo anualmente, com base nos laudos de avaliação;

7.1.5.1. Em 2023, as avaliações do Edifício Novo Mundo – RJ e do Edifício Stela Angelorum – RJ (10 andares do 4º ao 13º andar) foram realizadas pela CGM Consultoria e Projetos Ltda., através dos Laudos de Avaliação, de 20/12/2023, aprovados pela Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 505ª Reunião Ordinária, de 15/01/2024, e pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 254ª Reunião Ordinária, realizada em 25/01/2024, e apresentaram o resultado total líquido negativo de R\$ 11.757 mil, conforme demonstrado a seguir:

IMÓVEL	VALOR DA AVALIAÇÃO - VALOR CONTÁBIL		
	TERRENO	CONSTRUÇÃO	TOTAL
<b>EDIFÍCIO NOVO MUNDO - RJ</b>			
a) Valor da Avaliação	35.143	63.025	98.168
b) Valor Contábil	39.608	71.571	111.179
<b>Diferença (a - b)</b>	<b>-4.465</b>	<b>-8.546</b>	<b>-13.011</b>
<b>EDIFÍCIO STELA ANGELORUM - RJ</b>			
a) Valor da Avaliação	8.708	20.132	28.840
b) Valor Contábil	8.150	19.436	27.586
<b>Diferença (a - b)</b>	<b>558</b>	<b>696</b>	<b>1.254</b>
<b>Total das Diferenças</b>	<b>-3.907</b>	<b>-7.850</b>	<b>-11.757</b>

R\$ mil

7.1.5.2. Em dezembro ocorreu à baixa do saldo contábil de R\$ 852.900,10 referente à venda do imóvel da Rua Professor Ortiz Monteiro – RJ a Maria Celia Ferreira de Rezende através escritura de venda assinada em 30/08/2023, conforme determinação do Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ (processo nº 0119628-54.1995.8.19.0001), com prejuízo na venda do imóvel de R\$ 381.113,79 (valor contábil: R\$ 852.900,10 – valor da venda: R\$ 471.786,31).

7.1.5.3. A composição dos “Investimentos em Imóveis”, no total de R\$ 128.901 mil, é a seguinte:

➔ os “Terrenos” localizados em Aracaju – SE na Av. Augusto Franco, nº 1.118 – Lote 1, Travessa Pernambuco, nº 197 – Lote 2 e Rua Porto Alegre, nº 04 – Lote 3, após o relatório de acompanhamento de processos judiciais elaborado pelo advogado Dr. Winston Neil Bezerra de Alencar, a Diretoria Executiva da PREVHAB em suas 489ª e 490ª Reunião Ordinária, realizadas em 03/05/2023 e 15/05/2023, aprovou a baixa contábil dos terrenos e contabilizar o valor a receber dos precatórios nºs. 104/2016, 411/2021 e 1.913/2021, no total de R\$ 6.068.750,26, no balancete do Plano de Benefícios Plenus do mês de maio/2023;

➔ R\$ 127.271 mil dos imóveis de “Uso Próprio e Locados a Terceiros”, já deduzidos os valores de provisões para perdas, referem-se ao imóvel de uso próprio localizado na Rua da Glória – RJ – 10º e 11º andares (R\$ 5.768 mil) e aos imóveis locados a terceiros localizados na Av. Presidente Wilson, 164 – RJ (R\$ 98.296 mil), Rua da Glória, 306 – RJ (R\$ 23.072 mil), Av. Jerônimo Monteiro, 1000 – ES (R\$ 126 mil) e Rua Buenos Aires, 68 – RJ (R\$ 9 mil);

➔ R\$ 1.630 mil de “Outros Investimentos em Imóveis”,

refere-se ao imóvel do Edifício Camp Tower localizado na Rua Barão de Jaguará em Campinas – SP, desapropriado pela União Federal, através da Ação de Desapropriação nº 0613429-52.1998.403.6105 em curso na 2ª Vara Federal de Campinas – SP, ocorreu o levantamento de 80% dos valores depositados pela União. A Ação foi transitada em julgado e não cabe mais recurso. A PREVHAB apresentou o cálculo do valor da indenização fixado na sentença, para a posterior manifestação da União Federal, homologação pelo Juiz e a expedição do ofício precatório. A PREVHAB através do escritório Lemos Advocacia protocolizou petição de manifestação sobre a impugnação da Fazenda Nacional dos cálculos do valor da indenização.

7.1.5.4. Os “Investimentos em Imóveis”, em 31/12/2023, registram 27,63% dos recursos garantidores (o limite estabelecido é de 20% pela Resolução CMN nº 4.994/2022), decorrente dos resultados das reavaliações dos imóveis, bem como das obras de retrofit do Ed. Novo Mundo – RJ. De acordo com o Inciso I do Art. 35 da Resolução CMN nº 4.994/2022, a reavaliação dos imóveis é considerada como desequilíbrio passivo e a Entidade tem até 12 anos (a contar de 29/05/2018) para alienar o estoque de imóveis e terrenos (§ 5º do Art. 37 da Resolução CMN nº 4.661/2018).

7.1.5.5. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 100ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2011, aprovou a exposição de motivos do Diretor-Presidente para a realização das obras de retrofit do Edifício Novo Mundo – RJ. A PREVIC através do Ofício nº 3241/2012/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/8/2012, manifestou-se favorável de que as obras de retrofit do Ed. Novo Mundo – RJ seja considerado como investimento de desequilíbrio passivo.

7.1.6. As “Operações com Participantes”, no total de R\$ R\$ 10.959 mil, referem aos empréstimos concedidos aos participantes e apresentam as seguintes condições:

➔ prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados mensalmente com base na variação do INPC e juros de 0,41% a.m., correspondente a 5,03% a.a.;

➔ prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados anualmente com base na variação do INPC e juros de 0,48% a.m., correspondente a 5,91% a.a., com opção de escolha do mês de reajustamento (abril, junho ou setembro);

➔ prazo máximo de 36 meses com prestações fixas e juros de 0,98% a.m., correspondentes a 12,42% a.a.

7.1.6.1. No exercício foram concedidos 85 empréstimos aos participantes no total líquido de R\$ 1.351 mil.

7.1.7. Os “Recursos a Receber – Precatórios”, no total de R\$ 143.286 mil, referem às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs de R\$ 137.123 mil, relativas ao Termo de Acordo celebrado entre a União e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em 24/03/2022, homologado pela Justiça Federal,

oriundo da Ação Coletiva nº 0123902-36.1191.4.02.5101, aos precatórios de R\$ 6.163 mil dos terrenos de Aracaju – SE nºs. 104/2016, 411/2021 e 1.913/2021.

## 7.2. Plano PGA

7.2.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 266 mil, referem ao crédito a receber junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS do Contrato da Primeira Novação de Dívida nº 290/2022/CAF – Processo SEI nº 12105.100367/2022 – 57, celebrado entre a União Federal e a PREVHAB em 15/07/2022, através dos Certificados Variação Salarial – CVSA970101, com prazos de vencimentos até 1º de janeiro de 2027.

7.2.2. Os “Fundos de Investimento”, no total de R\$ 18.132 mil, estão aplicados em Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (R\$ 17.832 mil) e no HSBC Referenciado DI Longo Prazo (R\$ 300 mil).

## 8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A posição consolidada do Ativo Imobilizado e Intangível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

Descrição	Taxa de Depreciação / Amortização	R\$ mil	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>			
a) Imobilizado		445	430
Instalações		80	80
Móveis e Utensílios	10% aa.	75	81
Máquinas e Equipamentos	10% aa.	287	269
Sistema de Comunicação	10% aa.	3	
b) Intangível (Software)	20% aa.	226	167
<b>Total do Ativo Imobilizado e Intangível</b>		<b>671</b>	<b>597</b>

## 9. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Plano Plenus:</b>		
a) Benefícios a Pagar	6.119	5.719
b) Retenções a Recolher	423	421
c) Recursos Antecipados	1	1
d) Valores Previdenciais a Repassar	1	2
e) Outras Exigibilidades:	861	893
Consignações a Repassar	35	35
Terceiros	175	174
Custeio Administrativo	651	684
<b>Total do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial</b>	<b>7.405</b>	<b>7.036</b>

### 9.1. Plano Plenus

9.1.1. Os “Benefícios a Pagar”, no total de R\$ 6.119 mil, referem-se às contribuições a serem devolvidas a ex-participantes em litígio contra a CEF, atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros atuariais de 4,60% a.a.

9.1.2. As “Retenções a Recolher”, no total de R\$ 423 mil, referem-se a IRRF a recolher da folha de pagamento de assistidos e de ação judicial.

9.1.3. Os “Recursos Antecipados”, no total de R\$ 1 mil, referem-se à contribuição de assistido sobre o 13º salário.

9.1.4. Os “Valores Previdenciais a Repassar”, no total de R\$ 1 mil, referem-se ao valor a pagar ao PGA.

9.1.5. As “Outras Exigibilidades”, no total de R\$ 861 mil, referem-se aos valores a pagar ao PGA (R\$ 662 mil), convênio do INSS (R\$ 175 mil) e a regularizar (R\$ 24 mil).

## 10. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>		
a) Contas a Pagar	250	225
b) Retenções a Recolher	244	199
c) Tributos a Recolher	46	
d) Outras Exigibilidades	2	2
<b>Total do Passivo Exigível Operacional - Gestão Administrativa</b>	<b>542</b>	<b>426</b>

### 10.1. Plano PGA

10.1.1. As “Contas a Pagar” de R\$ 250 mil referem-se às despesas administrativas (R\$ 216 mil) e provisões de férias (R\$ 34 mil).

10.1.2. As “Retenções a Recolher” de R\$ 244 mil referem-se aos valores IRRF (R\$ 111 mil), INSS (R\$ 124 mil), PIS/COFINS/CSLL (R\$ 4 mil), ISS (R\$ 2 mil) e contribuição de previdência privada (R\$ 3 mil).

10.1.3. Os “Tributos a Recolher” de R\$ 46 mil referem-

-se aos valores PIS (R\$ 6 mil) e COFINS (R\$ 40 mil).

10.1.4. As “Outras Exigibilidades” de R\$ 2 mil referem-se à pensão alimentícia.

## 11. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Investimentos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus</b>	<b>29</b>	<b>102</b>
<b>Total do Passivo Exigível Operacional - Investimentos</b>	<b>29</b>	<b>102</b>

11.1. **Plano Plenus:** os “Investimentos” de R\$ 29 mil referem-se aos valores a pagar dos honorários de sucumbência (R\$ 13 mil), depósito em caução (R\$ 15 mil) e PIS/COFINS/CSLL (R\$ 1 mil) do segmento Imobiliário.

## 12. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>		
Provisões de Ações Previdenciais	13.634	12.116
Valores a Regularizar	142	142
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(8.149)	(6.270)
<b>Total do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial</b>	<b>5.627</b>	<b>5.988</b>

12.1. Plano Plenus: as “Provisões de Ações Previdenciais” de R\$ 5.627 mil é o resultado do provisionamento dos valores correspondentes às possíveis perdas em ações movidas por participantes contra a PREVHAB (R\$ 13.634 mil), valores a regularizar (R\$ 142 mil), deduzido da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 8.149 mil.

## 13. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>		
Provisões de Ações Trabalhistas	360	292
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(194)	(194)
<b>Total do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa</b>	<b>166</b>	<b>98</b>

13.1. Plano PGA: as “Provisões de Ações Trabalhistas” de R\$ 166 mil referem-se ao provisionamento dos valores de R\$ 360 mil correspondentes às possíveis perdas em ações movidas pelos empregados e ex-empregados da Entidade, deduzidas da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 194 mil.

## 14. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos Planos Plenus e PGA, apresenta a seguinte composição:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>.Plano Plenus:</b>		
Patrimônio de Cobertura do Plano:	572.972	612.775
Provisões Matemáticas	633.490	636.971
Benefícios Concedidos	626.236	629.458
Benefícios a Conceder	7.254	7.513
Equilíbrio Técnico/Déficit Técnico Acumulado	(60.518)	(24.196)
<b>. Plano PGA:</b>		
Fundos	19.486	17.992
Fundos Administrativos	19.486	17.992
<b>Total do Passivo do Patrimônio Social</b>	<b>592.458</b>	<b>630.767</b>

#### 14.1. Plano Plenus

14.1.1. O “Patrimônio de Cobertura do Plano” de R\$ 572.972 mil está composto dos valores das Provisões Matemáticas de R\$ 633.490 mil e do Equilíbrio Técnico/Déficit Técnico Acumulado (R\$ 60.518 mil).

14.1.2. As “Provisões Matemáticas”, no total de R\$ 633.490 mil, referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano de R\$ 626.236 mil com os participantes assistidos e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano de R\$ 7.254 mil com os participantes ativos, conforme Parecer Atuarial do Plano de Benefícios Plenus de 31/12/2023 elaborado pela HR Serviços Atuariais Ltda., em 09/02/2024.

14.1.3. O “Equilíbrio Técnico/Déficit Técnico Acumulado

do Plano de R\$ 60.518 mil corresponde 9,55% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 633.490 mil.

14.1.4. A HR Serviços Atuariais Ltda. no Parecer Atuarial, de 20/02/2024, apresenta a seguinte conclusão: *“Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2023, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário em R\$ 60.518.196,81, que está acima do limite estabelecido de R\$ 28.858.624,69, havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2024 para o valor mínimo de R\$ 31.659.572,12.”*

14.1.5. As hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2023 foram:

Taxa real anual de juros	4,60 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,9866
Fator de capacidade para os benefícios	0,9866
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos - família real Ativos: 95% casados, com esposa 4 anos + jovem

## 14.2. Plano PGA

14.2.1. Os “Fundos” de R\$ 19.486 mil, destinados à cobertura das despesas de custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, referem-se ao saldo do Fundo Administrativo do Plano de Benefícios Plenus.

vo de R\$ 1.494 mil (Receitas: R\$ 12.345 mil – Despesas Administrativas: R\$ 10.783 mil – Constituição/Reversão de Contingências: R\$ 68 mil).

16.2. Indicadores de Gestão: os resultados no ano de 2023 foram os seguintes:

## 15. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

### 15.1. Plano Plenus

15.1.1. No ano de 2023, ocorreu déficit técnico no Plano de R\$ 36.322 mil decorrente do resultado negativo da Gestão Previdencial de R\$ 64.556 mil e do resultado positivo dos Fluxos dos Investimentos de R\$ 28.234 mil.

16.2.1. Taxa de Administração (Recursos Transferidos ao PGA: R\$ 10.182 mil/Recursos Garantidores (Plenus+PGA): R\$ 602.855 mil = 1,69%;

16.2.2. Taxa de Carregamento (Recursos Transferidos ao PGA: R\$ 10.182 mil/Fluxo Previdenciário: R\$ 63.320 mil) = 16,08%;

16.2.3. Despesas Administrativas: R\$ 10.783 mil/Ativo Total (Plenus+PGA): R\$ 606.228 mil = 1,78%;

16.2.4. Despesas Administrativas: R\$ 10.783 mil/ Receitas Administrativas: R\$ 10.182 mil = 1,06;

16.2.5. Despesas Administrativas: R\$ 10.783 mil/População do Plano Plenus: 537 = R\$ 20 mil;

16.2.6. Ativo Total (Plenus+PGA): R\$ 606.228 mil/ População do Plano Plenus: 537 = R\$ 1.129 mil.

## 16. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

### 16.1. Plano de Gestão Administrativa – PGA

16.1.1. No ano de 2023, o resultado do Plano foi positi-



## 17. FATOS RELEVANTES

### 17.1. Política de Investimento

17.1.1. Em cumprimento às determinações da Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 253ª Reunião Ordinária, realizada em 14/12/2023, as Políticas de Investimento do Plano de Benefícios Plenus e Plano de Gestão Administrativa - PGA com vigência de 01/01/2024 a 31/12/2028, e disponibilizadas aos participantes, na íntegra, na página da Internet da PREVHAB.

### 17.2. Orçamento das Despesas Administrativas

17.2.1. Em cumprimento às disposições da Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 252ª Reunião Ordinária, realizada em 23/11/2023, o Orçamento das Despesas Administrativas e os Indicadores para Avaliação da Gestão Administrativa para o ano de 2024 do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

### 17.3. Ajuste de Precificação dos Títulos Federais

17.3.1. Conforme nova redação dada à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e definições da Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, a PREVHAB calculou o ajuste de precificação, do exer-

cício de 2023, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, 4,60% a.a. e o valor contábil desses títulos.

17.3.2. O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", em que a Entidade demonstre capacidade financeira de mantê-los até o vencimento observando seus fluxos de pagamento, bem como, tenham por objetivo a cobertura dos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e custeio determinado atuarialmente, bem como os demais requisitos previstos na norma.

O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

17.3.4. No exercício de 2023 os títulos públicos federais classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento apresentou a duração do fluxo dos títulos objeto do ajuste superior à duração do passivo, consequentemente o resultado do ajuste de precificação é zero. No exercício de 2022 os títulos públicos federais classificados até o vencimento atenderam todos os requisitos, em conformidade com o Art. 10, da Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020, a seguir demonstrados:

Posição em 31.12.2022

Títulos - R\$ mil	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Quantidade total	Valor contábil	Valor ajustado	Valor do ajuste
<b>Títulos públicos</b>							
NTN - B - quantidade	19.024	-	30.170	49.194			
NTN - B - Valor	77.161	-	128.078		205.239	221.724	16.485
Duração do Passivo	8,66						
Duração do Ativo	8,10						

## 18. Ajustes e Eliminações

18.1. Os efeitos da consolidação seguem as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, e Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, e representam os saldos do Plano de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

18.2. As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Migrações entre Planos”, “Compensa-

ções de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, sempre que aplicável.

18.3. Para anular os efeitos das obrigações e dos direitos entre o Plano Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa, foram feitos os seguintes lançamentos de consolidação dos balancetes conforme quadro a seguir:

Consolidação dos Balancetes  
31/12/2023

Grupos de Contas	Planos		Eliminação da Consolidação		
	Plenus	PGA	Débito	Crédito	Saldo Consolidado
<b>Disponível</b>	<b>276</b>	<b>42</b>	-	-	<b>318</b>
<b>Realizável</b>	<b>276</b>	<b>19.481</b>	-	<b>(19.486)</b>	<b>605.238</b>
Gestão Previdencial	1.589	-	-	-	1.589
Gestão Administrativa	19.486	1.083	-	(19.486)	1.083
Investimentos	584.168	18.398	-	-	602.566
<b>Imobilizado e Intangível</b>	<b>-</b>	<b>671</b>	-	-	<b>671</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>605.519</b>	<b>20.194</b>	-	<b>(19.486)</b>	<b>606.227</b>
<b>Exigível Operacional</b>	<b>7.434</b>	<b>542</b>	-	-	<b>7.976</b>
Gestão Previdencial	7.405	-	-	-	7.405
Gestão Administrativa	-	542	-	-	542
Investimentos	29	-	-	-	29
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>5.627</b>	<b>166</b>	-	-	<b>5.793</b>
Gestão Previdencial	5.627	-	283.975	283.975	5.627
Gestão Administrativa	-	166	283.975	283.975	166
<b>Patrimônio Social</b>	<b>592.458</b>	<b>19.486</b>	<b>(19.486)</b>	<b>(19.486)</b>	<b>592.458</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>572.972</b>	<b>-</b>	-	-	<b>572.972</b>
<b>Fundos</b>	<b>19.486</b>	<b>19.486</b>	<b>(19.486)</b>	<b>(19.486)</b>	<b>19.486</b>
Administrativos	19.486	19.486	(19.486)	(19.486)	19.486
<b>Total do Passivo</b>	<b>605.519</b>	<b>20.194</b>	<b>(19.486)</b>	<b>(19.486)</b>	<b>606.227</b>

\*\*\*\*\*



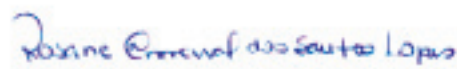
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78



**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34



**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68



**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

# Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2023



## INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus, administrado pela PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, apresentamos a seguir nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2023.

## PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base das informações biométrico-salariais dos Participantes e Assistidos considerados no presente estudo foi 31/12/2023.

Essas informações foram fornecidas pela PREVHAB à HR SERVIÇOS ATUARIAIS que, após a realização

de testes considerados apropriados e efetuados os devidos acertos em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins da presente avaliação atuarial.

A análise efetuada pela HR SERVIÇOS ATUARIAIS na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial teve por objetivo, única e exclusivamente, a identificação e a correção de eventuais distorções, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PREVHAB, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características dos participantes estão elencadas abaixo.

## PARTICIPANTES ATIVOS

	Em 31/12/2023
Frequência	2
Idade Média	66 anos
Tempo Médio de Serviço	42 anos
Tempo Médio de Contribuição	42 anos
Salário Mensal Médio (R\$)	25.067,64

## PARTICIPANTES APOSENTADOS

Em 31/12/2023	Aposentados Válidos	Aposentados por Invalidez
- Frequência	348	29
- Idade Média	77 anos	72 anos
- Benefício Mensal Médio (R\$)	10.528,27	3.293,63

## PENSIONISTAS

	Em 31/12/2023
Frequência de Pensões	151
Frequência de Pensionistas	160
Idade Média (vitalícios)	74 anos
Benefício Mensal Médio (R\$)	5.159,38

Os valores são nominais e estão posicionados em 31/12/2023. Importante observar que as estatísticas aqui apresentadas podem eventualmente ser divergentes daquelas constantes nos sistemas da PREVHAB, justamente por conta dos ajustes feitos na base de dados para fins de avaliação atuarial.

## HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

A avaliação atuarial é o estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir não só os valores esperados relativos aos participantes já recebendo benefício quanto aqueles que ainda se encontram em atividade.

Desse modo, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e nível de benefícios do INSS, dentre outras) e as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Na avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais na apuração das Provisões Matemáticas em 31/12/2023.

HIPÓTESE	em 31/12/2023
Taxa real anual de juros	4,60% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,9866
Fator de capacidade para os benefícios	0,9866
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos: família real Ativos: 95% casados, com esposa 4 anos + jovem

## RISCOS ATUARIAIS

Considerando que o Plano de Benefícios Plenus está estruturado na modalidade de Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudos específicos de aderência realizados em 2022 (Relatório HR/152/2022), que tomaram como base a população existente em 31/12/2021. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na sede da PREVHAB.

A adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico (Relatório HR/084/2023), de modo a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados apontaram a taxa máxima de 4,62% a.a.

A taxa real anual de juros foi mantida em 4,60% a.a., respeitando os limites estabelecidos pela Portaria nº 363, de 27/04/2023, que estabeleceu o limite mínimo de 3,16% a.a. e o limite máximo de 4,92% a.a., considerando a duração do passivo do plano aproximada para 8,5 anos em 31/12/2022 (a *duration* foi de 104 meses, conforme DA de 2022).

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção para o exercício de 2023 das hipóteses atuariais adotadas no ano anterior.

## ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefícios Plenus, à exceção do Pecúlio Especial, que é estruturado no regime de repartição simples. Informamos também que não ocorreram alterações nos métodos atuariais com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2023.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, portanto, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30/2018, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

## PROVISÕES MATEMÁTICAS

De acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2023 é a apresentada no quadro a seguir.

Descrição	Em R\$
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>633.489.730,95</b>
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>626.236.234,02</b>
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	626.236.234,02
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS- ASSISTIDOS	477.564.946,56
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	148.671.287,46
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>7.253.496,93</b>
<b>BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO</b>	<b>7.029.013,45</b>
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	7.029.013,45
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
<b>BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO</b>	<b>224.483,48</b>
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	224.483,48
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-

Os valores das provisões matemáticas foram apurados considerando-se o Regulamento do Plano vigente em 31/12/2023. Informamos que não houve alteração regulamentar que tenha gerado impacto ou influenciado no resultado apurado no final do exercício de 2023.

### RESULTADO CONTÁBIL EM 31/12/2023

O Equilíbrio Técnico do Plano de Benefícios Plenus foi determinado com base nas Provisões Matemáticas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos fornecidos pela PREVHAB, posicionados em 31/12/2023.

O Plano de Benefícios Plenus encerrou o exercício de 2023 com resultado deficitário de 9,55% das provisões matemáticas.

Descrição	Em R\$
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>605.519.605,01</b>
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL	7.434.447,50
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.627.311,05
<b>(-) PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>592.457.846,46</b>
(-) FUNDOS	19.486.312,32
PREVIDENCIAL	-
ADMINISTRATIVO	19.486.312,32
INVESTIMENTOS	-
<b>(-) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	<b>572.971.534,14</b>
<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>633.489.730,95</b>
PM DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	626.236.234,02
PM DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	7.253.496,93
PM A CONSTITUIR	-
<b>(-) EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>(60.518.196,81)</b>
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(60.518.196,81)

Informamos que a HR SERVIÇOS ATUARIAIS não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Plenus, tendo se baseado na informação fornecida pela própria PREVHAB.

Com relação à estruturação das Provisões, informamos:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e o pecúlio por morte do válido e do inválido foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi re-

gistrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.03.01.01.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro válido ou inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).



## EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO EM 31/12/2023

Conforme informado pela Prevhav, dado que o plano não possui ajuste de precificação, o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) é deficitário em R\$ 60.518.196,81.

O resultado do ETA é o efetivamente considerado pelo sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficit.

Descrição	Em R\$
<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA</b>	<b>572.971.534,14</b>
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>633.489.730,95</b>
<b>(-) SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ACUMULADO</b>	<b>(60.518.196,81)</b>
(+/-) AJUSTE PRECIFICAÇÃO	--
<b>(-) SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ACUMULADO AJUSTADO</b>	<b>(60.518.196,81)</b>

Segundo registros contábeis, não verificamos a existência de Dívidas Contratadas, Equacionamento de Déficits ou amortização de Serviço Passado.

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A variação negativa de 0,55% no valor das provisões matemáticas, de R\$ 636.970.799,43 em 31/12/2022 para R\$ 633.489.730,95 em 31/12/2023, está consistente com a movimentação de participantes, pagamento de benefícios e envelhecimento natural da massa em um plano fechado. O INPC acumulado de dez/2022 a nov/2023 foi de 3,85% (índice de reajuste dos benefícios).

## VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO

A rentabilidade nominal líquida auferida pelos investimentos (4,70%) foi inferior à meta atuarial do Plano (8,63%) em 31/12/2023 <sup>(1)</sup>.

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2023, um déficit técnico acumulado de R\$ 60.518.196,81, equivalente a 9,55% das provisões matemáticas do plano.

Apurada a *duration* do passivo de 8,5555 anos em 31/12/2023, temos:

$$\bullet (duration \times 1\%) - 4\% = 4,5555\%$$

$$\bullet \text{Limite para equacionamento do déficit:} = 4,5555\% \times 633.489.730,95 = 28.858.624,69$$

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) negativo de R\$ 60.518.196,81 está acima do limite estabelecido de R\$ 28.858.624,69, será obrigatório elaborar e aprovar Plano de Equacionamento de Déficit Técnico durante o exercício de 2024 para o valor mínimo de déficit igual a **R\$ 31.659.572,12**, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018.

## CONTRIBUIÇÕES

Os participantes ativos deverão contribuir para o Plano de Benefícios Plenus de acordo com o disposto no art. 11 do Regulamento do Plano:

a) 1% (um por cento) sobre a parcela menor ou igual à metade do maior salário-de-contribuição para

<sup>(1)</sup> Considerando INPC acumulado de dez/2022 a nov/2023.

a Previdência Social;

b) 3,5% (três e meio por cento) sobre a parcela superior à obtida de acordo com a alínea anterior e menor ou igual ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social; e

c) 8,5% (oito e meio por cento) sobre a parcela superior ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social.

Os participantes aposentados e pensionistas não contribuem para o plano.

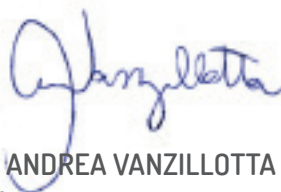
Conforme definido no Plano de Custeio, será cobrada dos participantes ativos a taxa de 10% da contribui-

ção previdenciária a título de taxa administrativa. Para os assistidos, foi mantido o percentual de 4% sobre o valor do benefício, exceto para as pensões com DIB anterior a 18/07/2011.

### CONCLUSÃO

Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2023, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário em R\$ 60.518.196,81, que está acima do limite estabelecido de R\$ 28.858.624,69, havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2024 para o valor mínimo de **R\$ 31.659.572,12**.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2024.



ANDREA VANZILLOTTA

MIBA nº 1000 - CPF nº 920.040.087-68

# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da  
**PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**  
Rio de Janeiro

## 1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e por plano de benefícios e plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR e individual do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado e do Plano de Benefícios e de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência

Complementar - CNPC.

## 2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

## 3. ÊNFASE

De acordo com as normas de auditoria independente, as demonstrações contábeis ora apresentadas comportam a seguinte ênfase de nossa parte, a qual, todavia, não constitui ressalva quanto às nossas conclusões, já consubstanciadas no tópico primeiro:

O plano de benefícios PLENUS, apresentou um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$60.518 mil, acima do limite para equacionamento de R\$28.858 mil. Em 2024, será elaborado e aprovado o Plano de Enquadramento, para o valor mínimo de Déficit igual a R\$31.660.

#### 4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, do plano de benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

#### 5. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### 6. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicá-

veis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade do Plano de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à perenidade do Plano e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação do plano e de não manter a continuidade da Entidade;

e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as

divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2024

**FERNANDO MOTTA AUDITORES**  
CRCMG - 12.557 | CVM - 12.815

**Luiz Alberto Rodrigues Mourão**  
Contador CRCRJ - 46.114-0

# Parecer do Conselho Fiscal



## PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2024

O Conselho Fiscal da Prevhav Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no inciso III do Art.45 do Estatuto da Entidade, após concluir o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas da PREVHAB, de 31 de dezembro de 2023, em sua 86ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de março de 2024, por videoconferência, considerando a adequação daquelas Demonstrações Contábeis às normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, tendo em vista o Parecer Atuarial datado de 20 de fevereiro de 2024 da HR Serviços Atuariais Ltda., o Relatório dos Auditores Independentes (PAR-027/24) emitido em 18 de março de 2024 pela Fernando Motta Auditores e a aprovação da Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 510ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de março de 2024,

### **RESOLVE:**

Aprovar, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar, referentes ao Plano de Benefícios Plenus e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, por entender que as mesmas representam de forma adequada sua situação financeira e patrimonial.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2024.

**Carlos Alberto Gonçalves da Costa**  
Presidente  
CPF: 382.701.707-63

**Cândido de Almeida Neto**  
Titular  
CPF: 036.765.797-04

**Mauro Souza Monte**  
Titular  
CPF: 316.421.607-68

# Resolução do Conselho Deliberativo



## CONSELHO DELIBERATIVO RESOLUÇÃO - RCD 01/2024

Em sua 256ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de março de 2024, o Conselho Deliberativo da Prevhav Previdência Complementar, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal nº 01/2024 exarado em sua 86ª Reunião Ordinária, de 20 de março de 2024,

### **RESOLVE:**

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar referentes ao Plano de Benefícios Plenus e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023.
2. A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024.

**Luiz Augusto de Oliveira Ferreira**  
Presidente  
CPF 020.086.457-20



## **PREVHAB Previdência Complementar**

Rua da Glória, 306 - 10º e 11º andares - Glória

Rio de Janeiro - RJ / CEP 20241-180

Tel: (21) 2212-5700 / Fax: (21) 2212-5743

[www.prevhab.com.br](http://www.prevhab.com.br)

